

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM TERCEIRO SETOR
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES
DO TERCEIRO SETOR

GRAZIELE CAMPOS DA SILVA

Negócios Inclusivos como forma de combate à pobreza

São Paulo

2011

GRAZIELE CAMPOS DA SILVA

Negócios Inclusivos como forma de combate à pobreza

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor apresentado ao Núcleo de Estudos Avançados em Terceiro Setor do Programa de Estudos Pós-graduados em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientação: Prof. Dr. Rogério R. Silva

São Paulo

2011

Ao Ivan Ferraz, parceiro amado e sempre presente.
A Lucia, Gabriella e Ana Julia, que fazem tudo valer a pena.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rogério Silva, por suas contribuições durante o desenvolvimento do trabalho. Aos demais docentes da PUC/SP, especialmente aos professores Daniel Brandão, Luciano Junqueira e Márcia Moussallem, cujos ensinamentos foram inestimáveis.

A Clara, Alessandra, Renata, Conceição, Darlene, Danilo, Elisa, Mariana e demais colegas da PUC/SP, com quem tive a oportunidade de desenvolver alguns trabalhos em conjunto ou com quem simplesmente compartilhei muitas ideias.

A toda equipe do Instituto Ethos, especialmente Giuliana Ortega e Solange Rubio, por possibilitarem meu ingresso na instituição e minha imersão nos temas “Desenvolvimento Local” e “Negócios Inclusivos”, e Ana Letícia, Ana Lúcia e Tiago, pelas sugestões de leitura e conversas sobre o tema.

Por fim, agradeço aos familiares e amigos, dentre eles, especialmente, à Flávia Gonçalves e à Luciana Ferraz.

RESUMO

A pobreza no Brasil é uma questão de primeira ordem; herança da injustiça e da desigualdade social, fruto de cinco séculos de história, ainda se fazem presentes. Nos dias atuais, parte significativa da população ainda não tem acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Segundo dados oficiais, são 16,2 milhões de brasileiros que ainda vivem abaixo da linha da pobreza.

Este trabalho teve como objetivo contribuir para a compreensão acerca da questão da pobreza e da exclusão social, apresentando uma leitura de novos modelos de negócios que reconsideram alguns gargalos sociais históricos como uma forma de gerar valor tanto para as empresas quanto para os mais pobres, além de estimular o surgimento de outros negócios na mesma direção.

Os resultados da pesquisa apontam que existem oportunidades de negócios para as empresas que consideram a população mais pobre como parte de sua cadeia de valor. Entretanto, esses benefícios sociais não são facilmente quantificados, o que tem levado algumas empresas a desenvolverem metodologias e indicadores sociais que ajudam a medir o impacto dos negócios com inclusão social.

Palavras-chave: Negócios Sociais. Negócios Inclusivos. Base da Pirâmide. Pobreza. Exclusão Social.

ABSTRACT

Poverty in Brazil is a matter of first class; the legacy of social injustice, raised during five centuries of history, has been still on. Currently, significative part of population still doesn't have access at least dignity and citizenship. According to official information, 16,2 millions of Brazilian citizens still live low than the poverty line.

This report had as a target to contribute for the understanding of poverty question and social exclusion, showing a view of new business models that consider some special social historic facts as a way of generate value to companies and to poor citizens too. This way, the report intends to stimulate the raise of new business in this same direction.

The research results show that there are business opportunities for companies that consider poor citizens as part of your value chain. However, these social benefits can't be easily counted, which have bring companies to develop methodologies and social indicators that help to measure business impacts with social inclusion.

Keywords: Social Business. Inclusive Business. Base of Pyramide. Poverty. Social Exclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fundamentos de Empreendimentos em Sobrevivência Sustentável	35
Figura 2 – Atividades das empresas e das populações pobres em um negócio inclusivo	36
Figura 3 – A pirâmide do mercado global	40
Figura 4 – Projeto <i>Fornecedor Cidadão</i> : oportunidades para a AES Brasil e para a comunidade local	47
Figura 5 – Benefícios e vantagens dos Negócios Inclusivos	50

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	9
2 – REALIDADES SOCIAIS: POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	12
2.1 Pobreza	12
2.2 Exclusão Social	14
3 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA	17
3.1 Parcerias com empresas	22
3.2 Movimento das empresas	24
4 – RESPONSABILIDADE SOCIAL E NEGÓCIOS INCLUSIVOS	31
4.1 Negócios Inclusivos: conceito	32
4.2 Negócios Inclusivos: oportunidade para os pobres	36
4.3 Negócios Inclusivos: oportunidade para as empresas	38
5 – EXEMPLO NEGÓCIO INCLUSIVO: CASO AES ELETROPAULO	44
5.1 Situação inicial e visão da empresa	44
5.2 Projeto <i>Fornecedor Cidadão</i>	45
5.3 Implementação do projeto e resultados	46
6 – CONCLUSÃO	49
7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. Introdução

A pobreza é um tema de relevância mundial. Se por um lado os desafios para erradicá-la são enormes, por outro lado os recursos necessários para vencer esses desafios já estão à nossa disposição. A Declaração do Milênio (ONU, 2000) reconhece que o mundo já possui a tecnologia e o conhecimento para resolver a maioria dos problemas enfrentados pelos países pobres, dentre eles a erradicação da pobreza, que, inclusive, está entre os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio, elencados pela Organização das Nações Unidas (PNUD, 2004).

No Brasil, a situação não é diferente. A herança de injustiça e desigualdade social é inquestionável; parte significativa da população ainda não tem acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.

Governo, iniciativa privada, terceiro setor e cada cidadão podem ajudar no combate à pobreza, no esforço de reverter esse cenário de injustiça social. O engajamento e a participação da iniciativa privada são fundamentais nesse processo. Cada vez mais, a sociedade organizada pressiona as empresas a repararem seus impactos e ultimamente, elas também vêm sendo questionadas pelo legado que estão deixando nas comunidades onde operam, inquiridas sobre sua efetiva participação no desenvolvimento local. Os negócios não podem ser exitosos se forem retroalimentados por sociedades fracassadas; portanto, é necessário que as empresas também participem no desenvolvimento de sociedades justas, solidárias e prósperas.

Os conceitos de investimento social privado (ISP) e responsabilidade social empresarial (RSE) têm sido fartamente discutidos, o que amplia a compreensão das empresas sobre esses temas. Porém, ainda há muito a ser debatido a respeito da responsabilidade das empresas e sua possível contribuição no combate a desigualdade social.

A partir da idéia de que as empresas podem desempenhar um papel importante e estratégico na redução da pobreza, surgem alguns questionamentos: Qual seria o papel da empresa frente a este cenário? Seria possível utilizar os mecanismos do mercado para gerar valor ao mesmo tempo para os negócios e para os pobres? Poderiam as populações da base da pirâmide ser incluídas em uma cadeia de valor como meio de desenvolver o local? As empresas poderiam

aproveitar os gargalos sociais e oferecer serviços básicos às populações que não tem acesso? Seria possível, por meio da geração de valor econômico, contribuir para que os cidadãos desfavorecidos economicamente possam exercer mais efetivamente seus direitos?

Este trabalho tem como objetivo contribuir com a compreensão acerca da questão da pobreza e da exclusão social e apresentar novos modelos de negócios que considerem os gargalos sociais como uma forma de gerar valor para tanto para os negócios quanto para os pobres.

A metodologia empregada para sua realização consiste essencialmente em pesquisas bibliográficas. A coleta de informações foi realizada por meio de dados secundários, tais como livros, teses, revistas, jornais, estudos de caso, pesquisas em instituições e sites da internet.

Este estudo está dividido em quatro partes¹: a primeira é dedicada ao entendimento dos conceitos de pobreza – quem é considerado pobre, qual é a linha da pobreza – e de exclusão social. Na segunda parte, destaco os movimentos de políticas públicas, empresariais e público-privadas dos últimos anos para o combate à pobreza e qual a sua efetividade.

A terceira parte apresenta a evolução das empresas no movimento de responsabilidade social e a evolução da vinculação empresarial ao combate à pobreza, além de introduzir o conceito de Negócios Inclusivos como uma forma de gerar valor a todos, por meio da erradicação da pobreza.

Na última parte, é apresentado um projeto que dialoga com o modelo de Negócios Inclusivos. Trata-se de caso real elaborado a partir de dados secundários disponibilizados na internet da empresa AES Brasil, que investiu e estimulou, por meio de seus fornecedores, a contratação de mulheres de baixa renda para desenvolverem atividades de corte e religa trabalhos até então realizados predominantemente por homens.

O caso apresentado foi acompanhado pelo Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade (GRES), que é um programa do Instituto Ethos e do Uniethos. Desde 2010 faço parte desse grupo, que tem por objetivo promover o compartilhamento de conhecimentos e aprendizagem relacionados às principais

¹Excluindo a introdução, a conclusão e as referências bibliográficas.

variáveis críticas para o desenvolvimento sustentável por meio da cooperação entre empresas.

O conteúdo apresentado neste trabalho não pretende esgotar o assunto Negócios Inclusivos, uma vez que ele está se tornando prática crescente nas empresas e muito ainda pode ser desenvolvido. Na verdade, pretendo tão somente apresentar as recentes iniciativas a fim de estimular a reflexão do tema e a criação de novos projetos.

2. Realidades sociais: pobreza e exclusão social

2.1. Pobreza

Não há consenso, nem por parte dos teóricos, nem dos organismos governamentais, quanto à definição e às formas de avaliação da pobreza. Os parâmetros de medição que separam a população entre pobres e não pobres são bastante variados, o que torna a avaliação deste fenômeno um desafio teórico e metodológico.

Sen (2000) define pobreza como viver uma vida na qual há “privação de capacidades”, ou seja, restrição e/ ou falta de renda monetária para obter bens de consumo ou serviços, não ter capacidade física para desenvolver certas atividades, não ter acesso à educação e saúde e não ter direitos civis e políticos respeitados.

Narayan² (2000 apud CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 11) pesquisou a opinião de pessoas pobres sobre o significado da pobreza e, em resumo, descobriu que, para eles:

“Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder um filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade”.

Nessa perspectiva, a pobreza é um fenômeno multidimensional. Antes vista apenas como sinônimo de baixa renda, a noção de pobreza tem se ampliado consideravelmente no pensamento econômico recente (MEIER; STIGLITZ, 2001³

²NARAYAN, D. **Can anyone hear us?** Voices of the poor. Washington/ New York. World Bank/ Oxford University Press, 2000.

³MEIER, G. M.; STIGLITZ, J. E. (Ed.). **Frontiers of Development Economics**: The future in perspective. Washington/ New York: World Bank/ Oxford University Press, 2001.

apud SOUZA, 2004). Para efeitos práticos, países e organismos internacionais têm elaborado diversos indicadores que são apresentados publicamente, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas.

No Brasil, as principais fontes de pesquisa são as desenvolvidas, principalmente, pelo IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). As estatísticas resultantes desses dados classificam a pobreza de duas maneiras: (1) pessoas com o padrão de vida abaixo do minimamente aceitável, incapazes de prover suas necessidades básicas de existência (pobreza absoluta) e (2) pessoas que estão abaixo do nível de rendimentos em relação à sociedade em que vivem (pobreza relativa) (SCHWARTZMAN, 2004). Ainda segundo Schwartzman, existe uma diversidade de dados e até mesmo uma incompatibilidade de informações acerca da pobreza no Brasil. Dependendo do tipo de estudo, o número de pobres e indigentes no país pode variar entre 8 e 64 milhões..

As chamadas linhas da pobreza que caracterizam a maioria das pesquisas de pobreza no Brasil objetivam traçar um limite imaginário na população, dividindo-a entre pobres e não pobres, a partir do critério de insuficiência de renda estabelecido por hábitos de consumo e necessidades calóricas mínimas. Assim, são detectados os indivíduos incapazes de manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em um determinado local e momento histórico (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). Essas linhas definem como pobres aqueles que não dispõem de meios para atender as necessidades de alimentação, vestuário, educação, despesas pessoais, habitação etc. E a população abaixo da linha da pobreza, considerada indigente, é aquela incapaz de suprir suas necessidades alimentares básicas (ROCHA,1995).

Mas, como demarcar essa linha de pobreza? Adotando como patamar o salário mínimo (R\$ 545)? Ou o rendimento para o trabalhador cobrir despesas básicas calculado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) (R\$ 2.227)? Ou a linha adotada pelos EUA, de US\$ 22.050 anuais para uma família de quatro indivíduos (per capita de US\$ 459 por mês e US\$ 15 por dia)? Ou, quem sabe, o padrão da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), segundo o qual é considerado pobre quem recebe menos de 60% da média do rendimento por adulto de cada país (BAVA, 2011)?

O Banco Mundial, para efeito de comparações internacionais adota, como linha de pobreza, a renda de 2 dólares americanos diários per capita e, como a linha

da indigência, 1 dólar americano per capita. Entretanto, essa medida utiliza uma taxa de câmbio de paridade que elimina as diferenças entre o custo de vida nos diferentes países, desconsiderando as distintas realidades. Note-se que, em 2010, dentre 400 cidades, o Rio de Janeiro era a 29ª cidade mais cara, à frente de outras cidades importantes e mais ricas como Londres (78ª). Hoje, por mês, o paulistano paga de ônibus R\$ 134, o mesmo que um parisiense (FAGNANI, 2011).

Já outros organismos como, a Comissão Econômica da América Latina e o Caribe (CEPAL), propõem uma linha de indigência baseada em informações sobre a estrutura e custos de uma cesta alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo.

Como aponta Soares (2001), a linha da pobreza apresenta controvérsias, uma vez que existem diferentes definições e metodologias encontradas nos diferentes estudos. Como apresento, a incompatibilidade de muitos estudos e metodologias utilizadas pode levar uma família a ser considerada pobre ou não por diferentes analistas.

2.2. Exclusão Social

O conceito de exclusão social surgiu na literatura francesa por volta das décadas de 1950 e 1960, a partir das constatações de autores em relação ao aumento da pobreza e a incapacidade do Estado em responder à demanda crescente de intervenção no campo social (DEMO, 1996). Atualmente, este termo vem sendo utilizado como sinônimo de pobreza; entretanto, essa identificação é errônea. Segundo Alcock (1997, p. 6), exclusão social se refere a situações de privação e desvantagem, mas não se limita à privação material. Um indivíduo pode ser excluído sem ser necessariamente pobre.

Robert Castel (CASTEL; WANDERLEY, L.; WANDERLEY, M., 2008, p. 22-23) considera que o uso impreciso do conceito “exclusão social” oculta o estado atual da questão, pois se detém nos efeitos mais visíveis e imediatos da crise, reduzindo-a erroneamente a aspectos pontuais e não a “um processo geral de desestabilização da condição salarial”. Podemos dizer que o uso desse conceito rotula a “exclusão”

sem analisar de onde provém, autonomizando situações-limite que só fazem sentido quando colocadas num *continuum*.

Como consequência, usualmente percebemos que a luta contra essa mesma “exclusão” se reduz a um pronto-socorro social, fomentando propostas reparadoras e pontuais ao invés de políticas preventivas e que de fato proponham uma transformação. “Economiza-se a necessidade de se interrogar sobre as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais”. Dessa forma, seria um absurdo falarmos em situações fora do social, visto que de fato há os *in* e os *out*, mas estes fazem parte de um mesmo universo social. O que está em jogo, portanto, “é reconstruir o *continuum* de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* produzem os *out*” (CASTEL; WANDERLEY, L.; WANDERLEY, M., 2008, p. 29-34).

Castel et al. reconhecem três subconjuntos de práticas de exclusão ao longo da história. O primeiro consistiria na supressão completa da comunidade, com o genocídio como a forma mais extrema. Aqui, estariam os mouros e os judeus apátridas produzidos pelo nazismo, além das diferentes categorias de banidos. Para o autor, essa modalidade de exclusão, a mais radical de todas, parece impossível hoje em dia, a não ser pela degradação política e social completa. O segundo subconjunto de práticas da exclusão, bem menos improvável na atualidade, resultaria da construção de espaços fechados e isolados dentro da própria comunidade – seriam os guetos, os leprosários, os asilos para loucos e as prisões para os criminosos. Finalmente, o terceiro subgrupo seria o *status* especial atribuído a certas categorias da população para que possam coexistir na comunidade, com a privação de certos direitos e da participação em determinadas atividades. Essa seria, talvez, a principal ameaça nos nossos dias, pois a discriminação positiva pode facilmente se tornar negativa, categorizando determinados grupos como cidadãos de segunda classe (CASTEL; WANDERLEY, L.; WANDERLEY, M., 2008, p. 41-45).

A exclusão social, como substituta da “questão social”, aparece como categoria de orientação conservadora, que não toca nas contradições inerentes do sistema capitalista. Essa orientação se traduz em políticas de inserção ou inclusão que pretendem a acomodação dos indivíduos à ordem estabelecida (PASTORINI, 2004).

Na análise de Camila Pereira (2010), vemos outro significado de exclusão social associado à pobreza, no qual os pobres são excluídos do sistema como um

todo. Usando a pobreza como uma ameaça constante, o sistema disciplina e obriga os indivíduos a recorrerem incondicionalmente ao mercado de trabalho. E é através da exploração e da miséria dos mais pobres que o capital se reproduz. Assim, na verdade, os pobres não são excluídos do sistema como um todo, mas colocados à sua margem.

Entretanto, não se trata, de abolirmos definitivamente o termo “exclusão”, e sim de nos perguntarmos sob quais condições o seu emprego é legítimo. Isso porque “se podemos, hoje, duvidar se estamos numa sociedade de exclusão, é incontestável que existiram sociedades de exclusão” (CASTEL; WANDERLEY, L.; WANDERLEY, M., 2008, p. 41). Castel apenas visualiza a imposição do livre acesso ao trabalho a preço de uma perturbação revolucionária do conjunto das relações sociais e evidencia que a “luta contra a exclusão” deve ser conduzida pela via da prevenção.

Diante do exposto, a pobreza – e a exclusão – apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional; é essencialmente de natureza estrutural, sendo, portanto, mais que insuficiência de renda. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é o não acesso a serviços sociais básicos; à informação; ao trabalho e à renda digna; é a não participação social e política (SILVA, 2002a).

3. Políticas públicas de combate à pobreza

A constituição de 1988 consagrou as bases da proteção social que caminha na contramão do neoliberalismo, contrariando os interesses das elites. Nessa época, a política social brasileira esteve submetida às tensões entre dois paradigmas antagônicos: o Estado Mínimo versus o Estado de Bem-estar Social. No primeiro, bastam políticas “focalizadas” nos “mais pobres” para enfrentar a questão social. O segundo é orientado pelos princípios da seguridade, universalidade e cidadania (FAGNANI, 2011).

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, movimentos da sociedade civil envolveram elites empresariais em programas de redistribuição de riqueza e de oportunidades, no contexto de uma sociedade até então desigual. Esses programas orientaram-se sob a perspectiva de contribuir para a inclusão social de famílias pobres e extremamente pobres. Entretanto, como apontado anteriormente, existem diferentes concepções de pobreza, orientadas por diferentes valores que definem a construção e a implementação de diferentes alternativas de políticas de intervenção social.

Nos anos 1990, o governo brasileiro fez sua opção pelo neoliberalismo; a agenda do Estado Mínimo ganhou hegemonia e apoio de diversos especialistas. Nessa visão, o programa de “erradicação” da pobreza prescindiu do crescimento econômico, da reposição do salário mínimo e, sobretudo, das políticas sociais universais. A estratégia encerrava-se numa única ação: focalização nos “mais pobres dentre os pobres” (FAGNANI, 2011).

No período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), estes programas assumiram um caráter focalista, marca das políticas sociais que seguem a cartilha do Banco Mundial, de tal forma que o gasto social em programas para públicos específicos não foi direcionado segundo o seu grau de necessidade – contrariando o princípio da universalidade dos direitos sociais – e não garantiu o enfrentamento das inúmeras manifestações da questão social do nosso país (MUSTAFA, 2007).

As políticas sociais focalizadas acionavam antigos mecanismos de controle, como os constrangedores e vexatórios testes de comprovação da pobreza, exigindo condições e contrapartidas dos pobres para que fossem incluídos nos programas

sociais e, dessa forma, reforçando o estigma rebaixador do status de cidadania (MUSTAFA, 2007). Potyara Pereira (2003) considerou à época que seria preciso caminhar rumo à universalização, pois as políticas focalistas de fato estigmatizavam o pobre e não possibilitavam a passagem para a cidadania.

Paralelamente, em 1993, Herbert de Souza, o Betinho, lançou o “Movimento pela ética na política”, criando uma importante mobilização social e, fazendo eco com a obra do mestre Josué⁴, gritou sua denúncia: nada revelava mais a falta de ética do que a existência da fome no Brasil (CAMPOS, 2007).

Desde então, foram criadas diversas instituições na sociedade, demonstrando um desejo de mudanças sociais no país; dentre elas, destacamos o Conselho de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), o Instituto Ethos de Responsabilidade Social das Empresas e o Fórum Social Mundial (CAMPOS, 2007).

Em 2002, foi eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em seu discurso de posse, no ano seguinte, declarou que se sentiria satisfeito se, ao final de seu mandato, cada brasileiro tivesse direito a três refeições diárias. Em função desse compromisso, lançou o Fome Zero, projeto que visava implementar no país uma política de segurança alimentar nutricional, facilitando o acesso aos alimentos e combatendo o quadro de exclusão social (CAMPOS, 2007).

Nesse sentido, o país avançou em termos de políticas sociais quando o presidente Lula sancionou a Lei nº 10.835 de janeiro de 2004 que, instituindo a Renda Básica de Cidadania, anunciava uma proposta de renda mínima como um primeiro passo em direção à política de renda básica, na medida em que houvesse condições fiscais para tanto (SUPLICY, 2002a e b).

Segundo Lavinias⁵ (2004 apud MUSTAFA, 2007, p. 4):

“Em mais um dos inúmeros paradoxos que parecem açoiar nossa identidade política, o Brasil afirma sua excepcionalidade ao dar corpo de lei ao princípio da renda básica universal para todos os seus cidadãos, independentemente da origem social,

⁴**Josué Apolônio de Castro** (1908-1973) foi um influente médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome.

⁵LAVINAS, L. Renda Mínima: práticas e viabilidade. **Novos estudos**, São Paulo, ed. 53, mar. 1999, p.4.

nível de renda, sexo, idade, crença, ou qualquer outro critério distintivo de um grupo social”.

O principal programa de transferência de renda do governo Lula foi Programa Bolsa Família, criado em outubro de 2003, através de medida provisória e, posteriormente, transformado em lei (BRASIL, 2003, 2004). Constituiu-se, também, no principal programa no âmbito da estratégia Fome Zero. Seus objetivos eram: combater a fome, a pobreza e as desigualdades, por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias e construindo meios para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

O Bolsa Família propunha a unificação dos Programas de Transferência de Renda em implementação no país. A proposta de unificação fundamentou-se em um diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento no Brasil, elaborado durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo Luiz Inácio Lula da Silva, no terceiro trimestre de 2002. Foram, então, destacados, entre outros, os seguintes problemas: existência de programas concorrentes e sobrepostos nos seus objetivos e no seu público-alvo; ausência de uma coordenação geral dos programas, gerando desperdício de recursos; ausência de planejamento gerencial dos programas e dispersão de comando em diversos ministérios; orçamentos alocados insuficientes; não alcance do público-alvo, conforme os critérios de elegibilidade dos programas (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Os estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), constataam que as políticas de transferência de renda, considerando o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ambos sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tiveram forte impacto na redução da desigualdade social. Sem esses programas, a proporção de pobres em 2004, seria 38% da população, e não os 31% identificados (CAMPOS, 2007).

Esses estudos confirmam que os programas sociais do governo foram eficazes na redução da pobreza e da desigualdade. Todas essas políticas,

articuladas com os programas de assistência social, segurança alimentar, saúde e educação, compõem uma rede nacional de proteção e promoção social, com o objetivo de promover a emancipação das famílias que precisam de ajuda do Estado para superar uma histórica situação de exclusão, a quase totalidade delas identificadas por meio do Cadastro Único do Governo Federal (CAMPOS, 2007).

No dia 1º de janeiro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso de posse no Congresso Nacional, avaliou o legado do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do qual participou, e constatou que assumia o governo em um momento de perspectivas otimistas para a nação. Afirmou, ainda, que “a luta mais obstinada” do novo governo será “a erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos”. E concluiu, dizendo: “Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos à mesa” (ROUSSEFF, 2011).

O Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal no dia 2 de junho de 2011, tem como objetivo erradicar a pobreza extrema do Brasil até o fim de 2014. O programa, que tem um orçamento anual de R\$ 20 bilhões e representará um gasto extra de R\$ 4 bilhões anuais, é considerado uma das principais bandeiras do governo de Dilma Rousseff, que com ele buscará cumprir seu principal compromisso de campanha e justificar o *slogan* de seu governo: “Brasil, país rico é país sem pobreza”.

Bava (2011) afirma que a discussão mais importante (neste momento em que o governo Dilma prepara novos programas sociais) é delimitar a linha da pobreza, na qual se baseará seu plano e compromisso firmado, já que esta decisão gerará novas políticas e novos aportes de recursos públicos. Nesse sentido, o governo definiu a linha de pobreza extrema em R\$ 70 per capita mensais. Tereza Campelo, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em entrevista, explica: “Nós estabelecemos R\$ 70 per capita como linha da extrema pobreza porque esse é o valor que distribui o Bolsa Família. É mais do que o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial adotam como linha da extrema pobreza no mundo. No cálculo deles, essa linha fica entre R\$ 60 e R\$ 68” (HILÁRIO, 2011).

Assim, o Plano Brasil Sem Miséria foi direcionado aos brasileiros que vivem em lares com essa renda que, de acordo com o Censo 2010, são 16,2 milhões. O programa tem sido definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como de construção do “bem-estar social”; mas o governo pretende

realizar ações integradas e usar a *expertise* de todos os ministérios para alavancar o projeto.

O Plano Brasil Sem Miséria agrega transferência de renda e acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento básico, energia elétrica e inclusão produtiva. Com um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, o Governo Federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro.

Para isso, o plano prevê o aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados, aliados à sensibilização e mobilização para a geração de ocupação e renda, e a melhoria da qualidade de vida. Para combater a pobreza extrema, a presidenta Dilma Rousseff ampliou de três para cinco filhos o limite de dependentes atendidos pelo Bolsa Família. Além disso, criou uma linha de crédito de R\$ 2.400 para pequenos agricultores familiares.

Entre outras iniciativas do novo plano estão: a criação da Bolsa Verde, com o pagamento de R\$ 300 por trimestre às famílias carentes que auxiliarem na preservação do meio ambiente; a construção de cisternas para 750 mil famílias do Programa Água para Todos e a ampliação de 66 mil para 250 mil o número de agricultores familiares que integram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Todos esses benefícios serão pagos exclusivamente às mulheres porque o Governo Federal reconhece nas mães a disposição e o compromisso de zelar pela educação dos filhos e pela manutenção da estrutura familiar.

Entre os países emergentes, apenas o Brasil registra crescimento econômico acompanhado de redução das desigualdades sociais. De acordo com o estudo elaborado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e apresentado no dia 28 de junho de 2011 durante o 1º Fórum BID para o Desenvolvimento da Base da Pirâmide na América Latina e Caribe, em São Paulo, a taxa de crescimento de renda dos 20% mais ricos no Brasil é inferior à registrada nos demais países do BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ao mesmo tempo em que a taxa de crescimento de renda dos 20% mais pobres só é menor que a contabilizada pela China. Segundo os cálculos da Fundação, sem as políticas de desenvolvimento econômico sustentável e de distribuição de renda, o país estaria hoje com 50 milhões de pobres (LORENZO, 2011).

Dilma Rousseff afirmou que o Brasil caminha para superar a pobreza extrema e isso gera um efeito direto na situação econômica do país. A presidenta citou a pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), correlacionando os 40 milhões de brasileiros que alcançaram a classe média e sua equivalência com quase a população da Argentina e mais de duas vezes a população do Chile. Ela destacou ainda que:

“O potencial de crescimento do país não se restringe às imensas potencialidades das reservas de petróleo, minério, da agricultura ou da indústria sofisticada. O verdadeiro potencial do Brasil, são os 190 milhões de brasileiros que estão ganhando verdadeiramente o direito à cidadania. O caminho da igualdade de oportunidades é a educação, ela é o grande caminho” (PORTAL BRASIL, 2011).

Segundo Fagnani (2011), a nova presidenta tem uma oportunidade de ouro para avançar na consolidação de uma nova estratégia de desenvolvimento social, baseada no desenvolvimento econômico com estabilidade, distribuição da renda e convergência entre as ações universais e as focalizadas.

3.1. Parcerias com empresas

Um dos pontos para o sucesso desse programa está na parceria com o setor produtivo, as empresas do país. Em entrevista concedida ao jornal Valor Econômico, por exemplo, a ministra do MDS, Tereza Campello, afirmou que sua pasta vai procurar as empresas para que deem emprego aos beneficiários do programa e comercializem alimentos produzidos pelos agricultores familiares (LYRA, 2011).

As empresas têm, de fato, uma enorme oportunidade de exercer a gestão responsável no âmbito desse programa de combate à miséria no país. E não precisam esperar o governo para agir, conforme asseverou o presidente do Instituto Ethos, Jorge Abraão (INSTITUTO ETHOS, 2011a).

Segundo ele, existem três ações que podem ser implementadas pelas empresas para a melhoria da qualidade de vida da população, sem praticamente exigir custos:

a) Lei do Aprendiz. Regulamentada em 2000, esta lei determina que toda empresa de grande e médio porte deve ter de 5% a 15% de aprendizes. Estes jovens, de 14 a 24 anos, devem frequentar a escola enquanto trabalham (BRASIL, 2000). A lei veio para facilitar o ingresso do jovem ao mundo do trabalho, permitindo sua formação profissional, sem comprometer os estudos. Se as empresas cumprirem a lei, serão mais de 2 milhões de empregos oferecidos a essa população que, conforme apontou a pesquisa da FGV, é a faixa etária que concentra metade da população em extrema pobreza.

b) Adoção de políticas de diversidade na contratação de funcionários. Se nas políticas de contratação das empresas, fossem levados em conta o gênero e a raça das pessoas, também seria possível erradicar a miséria, já que a mesma pesquisa aponta que 70% das pessoas mais pobres são negras.

c) Apoio ao desenvolvimento local. As empresas devem aproveitar as pessoas da localidade, incluindo-as na cadeia de valor da empresa, por meio da contratação de fornecedores e funcionários, além de fornecer apoio às organizações sociais e prefeituras, a fim de promover o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

Essas são algumas das ações que as empresas podem adotar para ajudar a acabar com a miséria e, com isso, inclusive, ampliar seus próprios negócios. O presidente do Instituto Ethos concluiu dizendo que “resgatar esses milhões de brasileiros da extrema pobreza é um passo decisivo para que o desenvolvimento econômico ande junto com o progresso social”. E o apoio das empresas será fundamental para o sucesso desse projeto.

3.2. Movimento das empresas

Nas duas últimas décadas do século XX, em decorrência da liberalização do comércio e das privatizações do setor de infra-estrutura, as empresas ganharam poder político, econômico e estratégico; entretanto, a cobrança da fatura não se fez esperar. Agora, as empresas são chamadas a partilhar o “excedente” de poder com a sociedade civil, estabelecendo uma governança tripolar (governo, empresas e sociedade). Conforme apontou Almeida (2007), a verdadeira sustentabilidade subverte a ordem estabelecida, sacode conceitos, redefine hierarquias e coloca na ordem do dia questões antes relegadas.

A participação de empresas privadas em questões de interesse público não é novidade. Entretanto, apesar da crescente preocupação mundial pela definição do papel social das empresas, não existe um consenso sobre qual seria esse papel no que se refere aos investimentos não diretamente aplicados em seus processos e negócios.

O contexto de surgimento e evolução do movimento de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no Brasil, que sustenta seus propósitos e dinâmicas atuais, é repleto de marcos históricos, personagens e momentos de ruptura que propiciaram mudanças e aprendizagens significativas (ALIANÇA GRUPO CAPOAVA, 2010).

Desde a Revolução Industrial, o papel social das empresas privadas vem sendo debatido nos meios acadêmicos, empresariais e governamentais. Autores como Friedman (1962), McClaughry (1972), Hester (1973), Ramanathan (1976), Wood (1991), Waddock (2001), Fischer (2002), Garriga e Mele (2004), Brown et al. (2006)⁶, entre muitos outros, levantaram diversas questões sobre esse papel e sobre as responsabilidades inerentes às organizações (Apud MILANI FILHO, 2007, p. 2-3).

⁶FRIEDMAN, M. **Capitalism and freedom**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962; McCLAUGHRY, J. Milton Friedman Responds. **Business and Society Review**, New York: Blackwell, n. 1, Spring 1972; HESTER, J. M. Social responsibility of organisations in a free society. In: NADER, R. (ed). **Corporate power in America**. New York: Grossman, 1973; RAMANATHAN, K. Toward a theory of corporate social accounting. **The Accounting Review**, v. 51, n. 3, p. 516-528, July 1976; WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991; WADDOCK, S. Integrity and mindfulness: foundations of corporate citizenship. In: ANDRIOFF, J. (ed.). **Perspectives on corporate citizenship**. Sheffield: Greenleaf, p. 26-38, 2001; FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e o terceiro setor**. São Paulo: Ed. Gente, 2002; GARRIGA, E.; MELE, D. Corporate social responsibility

Há especialistas que defendem que, pagando impostos e obedecendo às leis, as empresas cumprem suficientemente sua função social, devendo dedicar-se às suas atividades-fins. Outros entendem que as empresas têm responsabilidades com seu entorno, com a cadeia produtiva, com a comunidade em que está inserida e com o ambiente como um todo, já que dependem de todos eles para sobreviverem (SCHOMMER, 2000).

Como exemplo do primeiro tipo de especialista, temos Friedman⁷ (1975 apud KITAHARA, 2007, p. 9) que considera que:

“Nessa economia existe uma e somente uma responsabilidade social do negócio – usar seus recursos e engajar-se em atividades designadas e aumentar seus lucros dentro das regras do jogo, que significa engajar na competição aberta e livre, sem iludir ou fraudar [...]. Poucas tendências podem minar tão completamente as fundações da nossa sociedade livre como aceitação pelos dirigentes corporativos de uma responsabilidade social diferente da de ganhar o máximo possível para seus acionistas [...]. A empresa é um instrumento dos seus acionistas. Se a empresa faz uma contribuição, ela frustra o acionista individual por ele mesmo decidir como dispor seus proventos”.

Já Freeman⁸ (2004 apud Kitahara, 2007, p. 10) se encaixa no segundo caso, ao defender a:

“[...] Teoria do *Stakeholder*, na qual a administração visando os *stakeholders* é uma boa prática gerencial, ainda que

theories: mapping the territory. **Journal of Business Ethics**, v. 9, p. 51-71, 2004; BROWN, W. et al. Corporate Philanthropic Practices. **Journal of Corporate Finance**, Amsterdam: Elsevier, v. 12, n. 5, p. 855-877, 2006.

⁷ FRIEDMAN, M. **Capitalism and freedom**. Chicago: The University of Chicago Press, 1975, p. 133.

⁸ FREEMAN, R. E. The stakeholder approach revisited. **Zeitschrift für Wirtschafts – und Unternehmensethik**. Mering, v. 5, iss. 3, 2004, p. 228.

frequentemente encontre a crítica de que empresas que investem na gestão do *stakeholder* e melhoram seu desempenho social são penalizadas pelos investidores que estão interessados somente no retorno financeiro. Para apoiar seus argumentos, ele apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas nos últimos 20 anos, que indicam que a gestão visando os *stakeholders* tem crescido e que as empresas que demonstram um alto nível de desempenho em RSE tiveram aumentado o interesse em suas ações por um número crescente de instituições. Apesar dos resultados das investigações sobre a relação entre RSE e desempenho financeiro não terem estabelecido uma medida definitiva, eles já demonstram com os dados utilizados, que um desempenho ruim em RSE prejudica financeiramente as empresas. Freeman menciona também que esse pensamento ainda é incompleto e que oferece novas e promissoras direções para o desenvolvimento da Teoria do *Stakeholder*".

A maior concentração de marcos e personagens impulsores do movimento da RSE ocorreu a partir dos anos 1970, até que, na década seguinte, a variável ambiental também passou a influenciar a ação corporativa (ALIANÇA GRUPO CAPOAVA, 2010). O tema foi ganhando novos contornos; atualmente, no Brasil, proliferam publicações, debates, reportagens, prêmios e entidades dedicadas à promoção do investimento das empresas na área social. Termos como "filantropia", "cidadania empresarial", "ética" e "responsabilidade social nos negócios" passaram a fazer parte do discurso empresarial brasileiro.

Diante das injustiças associadas a escândalos corporativos e a liberalização do comércio, surgiram pressões por um comportamento empresarial responsável. Nesse sentido, começam a surgir instrumentos para tangibilizar a RSE como mecanismo de adesão voluntária, que contribuem para a mudança do cenário no qual as empresas operam. Almeida (2009) aponta que esses instrumentos incluem: códigos, pactos, princípios, normas, publicação de informações e engajamento de *stakeholders*.

Nos últimos anos, é crescente a quantidade de empresas que informam, publicamente, a adoção de práticas socialmente responsáveis. Tais práticas direcionam-se aos públicos interno e externo da organização, buscando atender aos interesses e expectativas dos diferentes *stakeholders*. Essas práticas se relacionam aos conceitos de sustentabilidade e governança corporativa (MILANI FILHO, 2007).

Um importante ponto de inflexão que o movimento de responsabilidade social representou no contexto histórico brasileiro foi a alteração do modo como as empresas enxergam a sociedade, contribuindo para uma mudança na mentalidade empresarial. Esta transformação está relacionada a uma concepção democrática de sociedade, na qual a responsabilidade pelo desenvolvimento deixou de ser função exclusiva do Estado e passou a ser compartilhada com empresas e organizações da sociedade civil, como fruto do processo de democratização do país.

Entre o final dos anos 1980 e os anos 1990, começou o processo de conscientização das empresas de que sua presença no mundo precisava ser social e ambientalmente sustentável. Nos anos 1990, o que se viu foi a intensificação dos movimentos, a partir dos quais foi possível estabelecer uma nova plataforma de colaboração, a partir da qual começaram a proliferar institutos e fundações empresariais (ALIANÇA GRUPO CAPOAVA, 2010).

Em meados da década de 1990, a emergência do movimento de RSE no Brasil demandou uma distinção mais clara entre os conceitos de investimento social privado e de responsabilidade social empresarial, o que não existia até então.

Tal distinção foi pactuada entre o Instituto Ethos e o GIFE em 1999. Responsabilidade Social Empresarial (RSE) foi definida como a forma de gestão pautada pela relação ética e transparência da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona, e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. Já Investimento Social Privado (ISP) foi estabelecido como o repasse de recursos privados para fins públicos por meio de projetos sociais, culturais e ambientais, de forma planejada, monitorada e sistemática (ALIANÇA GRUPO CAPOAVA, 2010). No Brasil, o ISP é materializado em projetos sociais desenvolvidos a partir de parcerias ou alianças entre o segundo e o terceiro setores (MILANI FILHO, 2007).

As ações sociais voltadas para as comunidades, de modo geral, não eram mensuradas; muitas delas não tinham relação com o negócio da empresa ou eram realizadas sem que houvesse diálogo com a comunidade a respeito de suas reais necessidades. Contudo, aos poucos, essas iniciativas – na forma de Investimento Social Privado (ISP) – foram evoluindo e serviram de base para o estabelecimento da RSE nas empresas, que foi ganhando espaço, envolvendo progressivamente outros *stakeholders* até abranger as áreas do negócio. Quando as pesquisas apontam que suas ações sociais não representam mais do que 1% do faturamento das empresas, a RSE questiona e propõe a revisão dos valores. Assim, foi a combinação de diversos movimentos sociais e ambientais que pressionou as empresas a revisarem seu papel na sociedade (ALIANÇA GRUPO CAPOAVA, 2010).

O reconhecimento pelas empresas da necessidade de realizar mudanças na gestão dos negócios, que há muito vêm sendo demandadas pelas organizações da sociedade civil, representa, sem dúvida, um grande avanço. Nesse sentido, a produção da ISO 26000 (Norma Internacional de Responsabilidade Social), publicada em novembro de 2010, é uma evidência desse reconhecimento e contribui para a consolidação do entendimento do que é a responsabilidade social.

A ISO 26000 é considerada inovadora, pois é a primeira norma ISO construída por um grupo de trabalho que envolveu 400 especialistas de mais de 90 países, presidido conjuntamente por um país desenvolvido, a Suécia, e um país em desenvolvimento, o Brasil. Além disso, pela primeira vez, a ISO utilizou um sistema participativo composto por seis partes interessadas (representantes da indústria, do governo, dos trabalhadores, dos consumidores, das ONGs, de instituições acadêmicas, de pesquisa e de consultoria) (ISO 26000, 2010).

A norma elenca os princípios e temas centrais de responsabilidade social e orienta como as organizações devem integrá-los em sua atuação, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades, diretos ou indiretos. Entre outros tópicos, a ISO 26000 também definiu o conceito de responsabilidade social:

“Responsabilidade de uma organização sobre os impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, através de comportamento transparente e ético que contribua

para o desenvolvimento sustentável, incluindo saúde e o bem estar da sociedade; que leve em conta a expectativa das partes interessadas; que esteja de acordo com as leis aplicáveis e consistente com as normas internacionais de comportamento; e que esteja integrada através da organização e praticada nos relacionamentos desta” (ISO/FDIS 26000, 2010).

A norma é a mais atual discussão *multistakeholder* sobre responsabilidade social e traduz para a linguagem prática os grandes acordos internacionais sobre governança organizacional, direitos humanos, práticas de trabalho, meio ambiente, práticas leais de operação, questões relativas ao consumidor e desenvolvimento e envolvimento comunitário, além de questões de implementação. A ISO 26000 deverá ser um grande guia sobre responsabilidade social, capaz de orientar organizações em diferentes culturas, sociedades e contextos. Contudo, ainda não existem ferramentas disponíveis para que uma empresa evidencie sua adesão à ISO 26000; em contrapartida, há esforços para criação dessas ferramentas, como a nova versão dos Indicadores Ethos (com previsão de lançamento para outubro de 2012), que está sendo revisada à luz da ISO 26000 (INSTITUTO ETHOS, 2011b).

Azambuja (2001) justifica a necessidade de uma evolução progressiva dos padrões sociais dos países em desenvolvimento:

“É melhor para um grande país emergente como o Brasil defender a governança progressiva, mediante a adoção de instrumentos internacionais flexíveis ou até voluntários, do que ser obrigado a aceitar normas vinculatórias impostas por organismos multilaterais – como a OMC – no âmbito social e ambiental. Essas normas, que ainda estão em discussão, poderão distorcer o comércio internacional em favor dos países altamente desenvolvidos e em detrimento dos em desenvolvimento”.

Infelizmente, de acordo com Milani Filho (2007), nem todas as empresas que se declaram socialmente responsáveis em seus relatórios apresentam evidências da

dimensão financeira de seus esforços nesse sentido. Em sua pesquisa, o autor constatou que 100% das 34 empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) se declaram socialmente responsáveis, mas 11,8% delas não apresentam evidências financeiras sobre os investimentos sociais realizados no biênio 2004-2005.

A pesquisa também revelou que o valor médio dos gastos sociais das empresas do ISE foi de 1,08% sobre os respectivos resultados operacionais, sendo que as instituições do setor de intermediação financeira tiveram a maior média (2,12%), seguidas pelas organizações do setor de petroquímicos (1,56%). Os investimentos sociais das outras 18 empresas (fumo, bebidas alcoólicas e armas) apresentaram um valor médio de 0,45%, significativamente menor que a média obtida pelo grupo do ISE (MILANI FILHO, 2007).

Considerando-se que as práticas de responsabilidade social incluem as ações direcionadas à comunidade, pode-se questionar a pertinência de se classificar como socialmente responsáveis empresas que não evidenciam investimentos sociais. Isso não significa, entretanto, que o fato de não haver mensuração e divulgação de ações sociais, revele que a empresa não possui políticas e práticas nesse sentido. Porém, quando as organizações apresentam reduzidos níveis de *disclosure social*, gera-se assimetria informacional entre a empresa e suas diferentes partes relacionadas, colocando-se em dúvida o grau de comprometimento social corporativo (MILANI FILHO, 2007).

O movimento de RSE é crescente, tem promovido muitas mudanças na sociedade, mas ainda há muito por fazer. Um dos maiores desafios da agenda da RSE é a governança tripolar que, especificamente dentro das empresas, significa uma inédita repartição de poder, com a qual poucos líderes e acionistas estão preparados para lidar (ALMEIDA, 2009). Contudo, uma das principais contribuições deste movimento é a de promover o entendimento de que crescimento econômico sem integração das dimensões sociais e ambientais não pode ser considerado um indicador de desenvolvimento de uma sociedade.

4. Responsabilidade Social e Negócios Inclusivos

Por várias décadas, a abordagem de gestão identificada com a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) vem incorporando a ética nos negócios, a transparência, o diálogo com seus *stakeholders* e sua relação com tripé da sustentabilidade, que contém os aspectos ambientais, econômicos e sociais, para interagir de forma transversal nos negócios da organização. Embora existam várias definições sobre RSE, há um consenso em considerar o tripé da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e do bem-estar da sociedade.

Esta abordagem tem como base a questão da responsabilidade social corporativa, a qual, por sua vez, refere-se a empreendimentos que respeitam as normas, leis e expectativas da sociedade. Ela traz oportunidades para a inovação em relação ao impacto dos negócios e, em particular, às mudanças das ações relacionadas à filantropia ou cidadania no negócio, relacionando as atividades enquadradas em RSE com a estratégia de negócios, permitindo uma relação ganha-ganha entre as empresas e outros atores ou *stakeholders*.

O conceito e a prática observados nas empresas oferecem nuances importantes, que merecem ser clarificados, como por exemplo, a confusão da abordagem com o conceito da filantropia e a tendência para marketing ou relações públicas. Nesse sentido, a construção do conceito expresso na discussão internacional da ISO 26000 esclarece a questão da responsabilidade social e aponta oportunidades elevadas para a inovação na cadeia de valor na perspectiva de ganha-ganha (CALDERÓN; SILVA, 2009).

A formulação dos conceitos de sustentabilidade, que passaram a ganhar forma nos últimos 20 anos, deu ao setor empresarial um novo *status*. As empresas ampliaram seus horizontes para novos negócios e, paralelamente, assumiram uma maior responsabilidade com as questões sociais e ambientais.

Uma parcela do setor empresarial compreendeu que, seja do ponto de vista ético, seja do ponto de vista pragmático, o mercado global não deve ser movido apenas pelos cálculos de lucro a curto prazo, mas deve, antes de tudo, criar novos paradigmas capazes de garantir a sobrevivência de todos, homens, natureza e negócios.

Dado que o desafio mais importante para sustentabilidade do planeta é a pobreza, são necessários esforços de todos os setores para sua erradicação em nível global. Dos 6,4 bilhões de habitantes no mundo, cerca de 2,6 bilhões não têm eletricidade e 5,4 bilhões não têm acesso à internet. Ainda assim, os pobres acumulam um potencial de consumo, produção, inovação e atividade empreendedora que é muito pouco aproveitado (PNUD, 2007).

Acesso a água tratada, saneamento básico, moradia e assistência médica são fundamentais para que as pessoas mantenham sua saúde e possam trabalhar. Ter um emprego ou ingressar na cadeia de suprimentos de uma empresa promove a sobrevivência sustentável, pois auxilia as pessoas a terem acesso a uma melhor capacitação e ao conhecimento; além disso, permite que as empresas locais aumentem sua renda (ALMEIDA, 2004).

Nesse sentido, os negócios inclusivos consistem na assistência aos indivíduos marginalizados do mercado de trabalho, fornecendo-lhes as ferramentas adequadas para seu próprio desenvolvimento. Conforme Yunus (2006):

“A pobreza não é necessária. As pessoas são capazes de sair desta condição por elas mesmas. Tudo o que é preciso são oportunidades. A caridade é uma atitude nobre, mas não é suficiente. O foco em negócio é muito poderoso, pois induz à auto-suficiência do empreendimento”.

4.1. Negócios Inclusivos: conceito

O termo “negócio social” se tornou mundialmente conhecido quando Muhammad Yunus fundou o Banco *Grameen*, em Bangladesh, destinado a oferecer um amplo serviço de microcrédito para a população pobre de seu país. Por essa iniciativa, em 2006, Yunus recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Na ocasião, declarou que:

“[...] A pobreza é uma ameaça para a paz [...]. O novo milênio começou com um grande sonho global. Líderes mundiais, nas

Nações Unidas, em 2000, adotaram, entre outras, uma meta histórica: reduzir pela metade a pobreza até 2015. Nunca na história humana, essa meta ousada tinha sido adotada pelo mundo inteiro em uma só voz, especificando o tempo e o tamanho. Mas, então, vieram o 11 de setembro e a guerra no Iraque e, de repente, o mundo se desviou dessa busca, dispersando a atenção dos líderes mundiais, mudando da guerra contra a pobreza para a guerra contra o terrorismo [...]. A pobreza é a ausência de todos os direitos humanos. As frustrações, a hostilidade e a raiva geradas pela pobreza não podem garantir a paz em nenhuma sociedade. Para a construção de uma paz estável, temos de encontrar formas de oferecer oportunidades para as pessoas viverem uma vida decente”.

Em seu discurso, Yunus também profetizou que os negócios sociais seriam um instrumento importante para o combate à pobreza:

“O negócio social é importante porque aborda questões vitais da humanidade e pode mudar a vida de 60% da população mundial, e ajudá-los a sair da pobreza. Quase todos os problemas sociais e econômicos do mundo serão alcançados através do Negócio Social. O desafio é inovar os modelos de negócio e aplicá-los para produzir resultados sociais eficazes”.

Para a definição de “empreendedor”, Yunus propôs que:

“[...] um empreendedor, ao invés de ter apenas uma fonte de motivação, a maximização de lucro, tenha duas [...]: maximizar lucro e fazer o bem para as pessoas e o mundo. Cada tipo de motivação levará a um tipo diferente de negócio. Definamos o primeiro tipo como negócio para maximizar lucro e, o segundo, como negócio social” (YUNUS, 2006).

Yunus, o “banqueiro dos pobres”, rompeu vários paradigmas, principalmente o de emprestar dinheiro para pessoas de baixa renda, já que seu banco tinha apenas 1% de inadimplência e obteve réplicas em todos os continentes. Além do Prêmio Nobel, o Banco *Grameen* significou, para Yunus, o começo de uma jornada na qual segue até hoje, criando, em vários setores, organizações pioneiras nesse campo que ele mesmo batizou de “negócios sociais” (BASSO, 2010).

Para construção e criação desse conceito, foi de grande importância a publicação de Prahalad e Hammond⁹ (2002 apud ROCHA; SILVA, 2008). Em seu artigo, os autores identificaram o potencial de lucro na “base da pirâmide”, ou seja, entre os mais pobres. Embora esta não seja a única forma pela qual as empresas podem ajudar a combater a pobreza e reduzir a desigualdade social, o enfoque de Prahalad e Hammond teve a vantagem de mostrar que as empresas podem obter maiores lucros servindo a esta parcela negligenciada do mercado. Por causa desses estudos, Prahalad e Hammond tiveram grande impacto no meio empresarial.

Para Yunus (2006), negócios sociais são, por natureza, feitos por empresas que compartilham lucros e perdas. Elas devem operar servindo aos pobres e a outras pessoas vulneráveis e reinvestindo os lucros no crescimento do próprio negócio. Esse é o modelo utilizado no Banco *Grameen*, no *Grameen Phone*, no *Grameen Danone* e em todas as outras empresas do Grupo *Grameen*.

Os modelos de negócios inclusivos envolvem os pobres no processo de desenvolvimento econômico como clientes, consumidores e fornecedores. Eles estabelecem elos entre os negócios e a população pobre, gerando uma relação de benefício mútuo. Para os empresários, trazem inovação, criação de novos mercados e fortalecimento de canais de oferta; para os pobres, geram maior produtividade, rendas sustentáveis e capacitação (PNUD, 2007).

Fundada em 1994, a fundação Avina, vem trabalhando na disseminação deste tema e tem como missão promover o desenvolvimento sustentável por meio de alianças entre empresas e organizações filantrópicas, considera como negócios inclusivos “iniciativas economicamente rentáveis, ambiental e socialmente responsáveis, que utilizam os mecanismos do mercado para melhorar a qualidade de vida de pessoas de baixos ingressos” (AVINA, 2007).

⁹PRAHALAD, C. K.; HAMMOND, A. Serving the world's poor, profitably. **Harvard Business Review**, v. 80, n. 9, p. 48-57, Sept. 2002.

O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em conjunto com empresas afiliadas e parceiras, construíram um guia, chamado *Negócios com Inclusão Social*, onde denominaram os empreendimentos que trazem benefícios às populações pobres e também às empresas de Empreendimentos em Sobrevivência Sustentável (SS). A abordagem de Empreendimento SS também reconhece que os pobres não podem ser entendidos como um grupo homogêneo. As empresas que planejam implantar o Empreendimento SS precisam aprender a segmentar este mercado potencialmente vasto e identificar os grupos cujas necessidades elas podem melhor atender (CEBDS, 2004, p. 15).

Assim sendo, o CEBDS define os três fundamentos de Empreendimentos em Sobrevivência Sustentável, conforme a figura a seguir:

Figura 1: Fundamentos de Empreendimentos em Sobrevivência Sustentável.

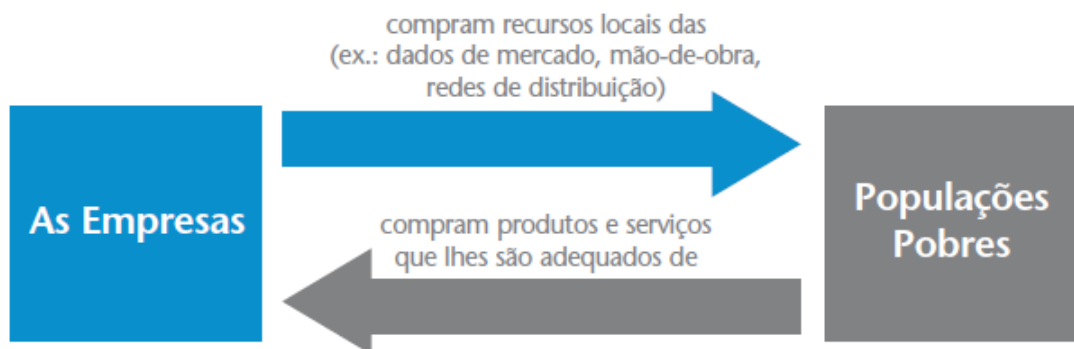


Fonte: CEBDS, 2004, p. 20.

A expressão *Negócios com inclusão social* abrange um leque muito grande de atividades. O princípio norteador, aplicável a qualquer setor de atividade, no qual as empresas devem engajar as populações pobres em uma relação empreendedora diretamente ligada às principais atividades comerciais da empresa, aparece no esquema a seguir:

Figura 2: Atividades das empresas e das populações pobres em um negócio inclusivo.

Comprar de e vender para populações pobres



Fonte: CEBDS, 2004, p. 16.

No modelo proposto pelo CEBDS não é recomendável olhar para as populações pobres apenas como consumidores ou como mão-de-obra barata. “As empresas devem aprender a ver as populações pobres como parceiros em empreendimentos que podem se tornar muito importantes em toda a cadeia de valores da empresa” (CEBDS, 2004, p. 17).

Na era da sustentabilidade, esse modelo para as empresas, pode ser uma resposta para a busca do equilíbrio entre lucro e harmonia com o meio ambiente e a comunidade. Para organizações não governamentais frustradas com a busca constante por financiamento, pode significar a tão sonhada independência financeira. Para todos aqueles com vontade de fazer a diferença, significa que não é mais necessário escolher entre ser um empreendedor social ou de negócios, nem entre trabalhar em uma empresa ou no terceiro setor” (BASSO, 2010).

4.2. Negócios Inclusivos: oportunidade para os pobres

As pessoas pobres têm um papel vital para o setor privado, já que são todos consumidores. No entanto, os produtos e serviços que eles adquirem – comida, água ou outros serviços – são, na maioria dos casos, inferiores. Dessa maneira, para preencher as deficiências de produtos ou serviços que não chegam, de modo

geral, um setor privado que opera na informalidade é que se encarrega de preencher essas lacunas (PNUD, 2007, p.2).

Contudo, as empresas podem auxiliar os indivíduos a terem vidas mais sustentáveis, ao lhes transferir as ferramentas necessárias para serem mais saudáveis, mais seguros e economicamente mais ativos. Isto acontece quando as empresas ajudam os mercados locais e capacitam as populações pobres a se tornarem participantes ativos destes mercados, seja como consumidores ou como empreendedores (ALMEIDA, 2004).

Fazer negócios com os mais pobres permite que estes sejam inseridos no mercado – passo crucial no caminho para acabar com a miséria – e, para os empresários, traz inovação. Modelos de negócios inclusivos tanto produzem quanto colhem os benefícios do desenvolvimento humano (PNUD, 2007, p.2).

Os negócios também podem proporcionar uma vida melhor aos pobres, contribuindo em grande escala para o que a ONU denomina de “desenvolvimento humano” e expandindo as oportunidades das pessoas para que tenham qualidade de vida. O relatório do PNUD aponta os ganhos que os pobres têm ao participarem desse modelo de negócio, e divide as iniciativas empreendidas em quatro aspectos, de acordo com os benefícios trazidos:

Atendendo às necessidades básicas. Por meio de produtos e serviços essenciais para a vida. Por exemplo, nas Filipinas, a *RiteMed* vende medicamentos genéricos para mais de 20 milhões de clientes de baixa renda, a preços que variam de 20% a 75% menos do que medicamentos convencionais. Na África do Sul, a *Amanz'abantu* fornece água limpa e saneamento para as populações da periferia e das áreas rurais no Cabo Oriental, onde um quarto da população não tem acesso à água potável.

Tornando os pobres mais produtivos. No México, a *Amanco* fornece a pequenos produtores de limão sistemas de irrigação de baixo consumo de água, que permitem a produção contínua, durante 8 a 10 meses por ano. Espera-se que esses sistemas permitam que a colheita dos fazendeiros salte de 9 para 25 toneladas por hectare. No Marrocos, a *Lydec* fornece água e eletricidade nas favelas de Casablanca, aumentando em 20% a média de pessoas com acesso a esses serviços.

Aumentando as rendas. Trazer os pobres para participar em um dos processos da cadeia de valor pode desencadear o aumento de suas rendas. No caso da *Amanco*, no México, espera-se que os aumentos de produtividade tripliquem a renda nas propriedades rurais. Na China, a *Huatai* fornece fontes de renda alternativas para os madeireiros locais e incrementa de forma significativa a renda de aproximadamente 6.000 famílias rurais. Na Tanzânia, a *A to Z Textiles* emprega 3.200 pessoas (sendo 90% delas mulheres) na produção de redes de dormir tratadas contra insetos e paga a elas um salário que chega a ser de 20 a 30% mais alto do que o mesmo pago por seus competidores.

Capacitando os pobres. Todas essas contribuições apoiam a capacitação dos menos favorecidos, individual e coletivamente. Para que obtenham maior autonomia sobre suas vidas, é importante que elas desenvolvam suas potencialidades (conhecimento, habilidades, competências). Aumentando a conscientização, dando informação e treinamento, incluindo grupos marginalizados, oferecendo novas oportunidades e promovendo esperança e orgulho, os modelos de negócios inclusivos podem trazer a confiança e a motivação necessárias para que essas pessoas saiam da miséria pelos seus próprios meios (PNUD, 2007).

4.3. Negócios Inclusivos: oportunidade para as empresas

A literatura de administração de negócios pouco se preocupou com as camadas de renda mais baixa da população, exceto no contexto das questões de ética e responsabilidade social. Nesse caso, o enfoque, frequentemente, salientou a importância de as empresas contribuírem para o bem-estar de comunidades pobres por elas afetadas e se preocuparem com o impacto de suas ações entre os consumidores pobres. Um exemplo disso são os trabalhos de Hill¹⁰ (2002, 2008

¹⁰HILL, R. P. Stalking the poverty consumer: a retrospective examination of modern ethical dilemmas. **Journal of Business Ethics**, v. 37, n. 2, p. 209-219, March 2002; _____. Disadvantaged consumers: an ethical approach to consumption by the poor. **Journal of Business Ethics**, v. 80, n. 1, p. 77-83, June 2008.

apud ROCHA; SILVA, 2008), que advogou consistentemente a necessidade de uma postura moral das empresas em relação ao consumo dos pobres.

Nesse sentido, Austin¹¹ (2005 apud FEDATO, 2005, p.72) afirma que a população de baixa renda é frequentemente vista como um passivo econômico, um ônus social, normalmente excluída da participação e dos benefícios do sistema econômico. Em seus estudos, levados a cabo ao longo de 2005, aponta que o papel econômico dos pobres como parte integrante da cadeia de valor da economia e a natureza das suas múltiplas conexões com o sistema econômico formal é pouco estudado e deve ser mais explorado pelas escolas de administração.

As pesquisas sobre o comportamento de consumo dos pobres são bastante raras na literatura norte-americana e praticamente inexistentes na Europa, pois privilegiaram a classe média como objeto de estudo, em grande parte devido à importância percentual dessas camadas nas populações dos países desenvolvidos (ROCHA; SILVA, 2008).

Em anos recentes, o interesse pelo comportamento dos consumidores pobres na literatura internacional aumentou, em função, fundamentalmente, do crescimento do consumo dos pobres de países emergentes. É nesse contexto que surge a mais recente perspectiva teórica com relação ao consumo da "base da pirâmide" (PRAHALAD; HAMMOND, 2002 apud ROCHA; SILVA, 2008).

O economista Prahalad foi quem chamou a atenção para o fato de que, dada a grande quantidade de pobres existentes, fazer negócios com a base da pirâmide poderia ser uma estratégia rentável para as empresas. Prahalad¹² (2005 apud ROCHA; SILVA, 2008) profetizou que "quatro bilhões de pobres poderão ser a força motriz da próxima etapa global de prosperidade econômica", sugerindo que as empresas deixassem de "pensar nos pobres como vítimas ou como um fardo" e que passassem a vê-los "como empreendedores incansáveis e criativos e consumidores conscientes de valor".

Esse fenômeno estava associado a mudanças demográficas marcantes, iniciadas há mais de uma década, e que deverão manter-se no futuro, incluindo o

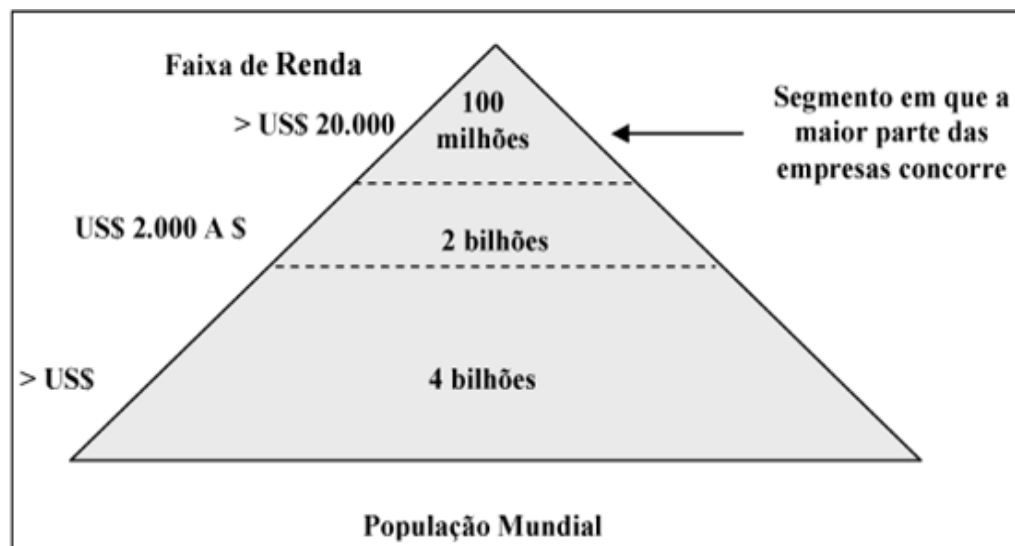
¹¹SEKN (Social Enterprise Knowledge Network). **Business Engagement with Low Income Sectors in Latin America**. Draft, 2005.

¹²PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro**. Porto Alegre: Bookman, 2005, p. 17.

aumento da população mundial para 9 bilhões de habitantes até 2050, concentrando-se o aumento previsto quase integralmente nos países em desenvolvimento e o crescimento da população urbana.

Prahalad (2005) apontou o surgimento de uma nova e importante classe de consumidores, especialmente nos países emergentes, que deveria se tornar, nos anos seguintes, a principal força a impulsionar o crescimento econômico no mundo (ver a Figura 3). A perspectiva é a de que, nos próximos dez anos, cerca de 800 milhões de consumidores ingressem no mercado dos países conhecidos como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (PRAHALAD, 2005 apud ROCHA; SILVA, 2008).

Figura 3. A pirâmide do mercado global.



Fonte: PRAHALAD, HAMMOND, 2002, p. 52 apud ROCHA; SILVA, 2008, p. 3.

A pesquisa realizada pelo PNUD (2007) aponta que negócios com os pobres podem ser rentáveis e também podem estabelecer as bases de um crescimento de longo prazo, através do desenvolvimento de novos mercados e inovações, com uma demanda crescente por mão-de-obra e o fortalecimento das cadeias de valor. Esses aspectos foram descritos e exemplificados com casos de empresas conforme abaixo:

Gerando lucros. A *Smart Communications*, companhia que fornece serviços de telefonia pré-paga principalmente para consumidores de baixa renda nas Filipinas, tornou-se a mais lucrativa das 5.000 maiores corporações do país. A

Sulabh, um provedor de sistemas sanitários de baixo custo na Índia, teve um superávit econômico de \$5 milhões em 2005.

Desenvolvendo novos mercados. Modelos de negócios que valorizem melhor o dinheiro dos pobres – ou produtos e serviços inovadores que melhorem suas vidas – podem render lucros inusitados. As 4 bilhões de pessoas situadas na base da pirâmide de renda (ver novamente Figura 3) têm uma renda combinada de aproximadamente \$5 trilhões. Elas estão dispostas a pagar por bens e serviços e têm capacidade para tal, mas geralmente sofrem com o “castigo da pobreza”. Frequentemente, precisam pagar mais do que consumidores ricos por produtos e serviços essenciais. Os moradores das favelas de Jacarta, Manila e Nairóbi, por exemplo, pagam de 5 a 10 vezes mais para terem água do que moradores das áreas de alta renda dessas cidades – e mais do que os consumidores de Londres ou Nova York. “O castigo da pobreza” é o mesmo em relação a crédito, eletricidade e serviços de saúde.

Promovendo a inovação. Desenvolver novos produtos ou modelos de negócios inclusivos que combinem bom preço e desempenho pode levar a inovações que contribuem para a competitividade de uma empresa. Para atender às preferências e necessidades dos mais pobres, as companhias devem oferecer soluções criativas para a resolução de obstáculos, que vão desde as dificuldades de transporte até a incapacidade de validar contratos, devido à situação de informalidade, passando pela própria escassez de recursos.

Expandindo a reserva de mão-de-obra. Os pobres são uma enorme fonte de mão-de-obra. Com treinamento adequado e um marketing bem direcionado, eles podem oferecer produtos e serviços de alta qualidade para a própria comunidade, pois têm a vantagem de possuírem uma rede de contatos locais.

Fortalecendo a cadeia de valor. A incorporação dos pobres na cadeia de valor dos negócios – como produtores, fornecedores, distribuidores, varejistas e franqueados – permite a expansão da oferta, a diminuição dos riscos, a redução de custos e o aumento da flexibilidade.

De acordo com os estudos realizados pela CEBDS (2004), as características de cada setor econômico influenciarão o tipo de relação entre determinada empresa e as populações pobres. Em termos gerais, quatro categorias de relações podem ser citadas:

Clientes. Para certas atividades, as populações pobres se tornarão clientes. A principal contribuição destas empresas para o desenvolvimento do mercado será fornecer produtos e serviços adequados, que atendam às necessidades locais a preços acessíveis.

Parceiros. Para outras atividades, as populações pobres poderão se tornar parceiros nos empreendimentos, fornecedores, funcionários e/ ou distribuidores. Ao trazer pequenos empreendedores e empresas locais de pequeno e médio portes para suas cadeias de valores, as empresas podem gerar empregos e acelerar a transferência de capacitação.

Fornecedores de infra-estrutura. As empresas que atendem às necessidades básicas, como fornecedores de serviços básicos ou de assistência médica, podem contribuir para o desenvolvimento local ao expandir seus serviços e atingir comunidades de baixa renda, envolvendo-as em suas operações, mantendo o foco principal em garantir o atendimento das necessidades básicas, como água, eletricidade, saneamento e assistência médica, de maneira sustentável e acessível a estas populações.

Parcerias com governo e comunidades. Para as empresas que constantemente desenvolvem empreendimentos com governos e comunidades de baixa renda mediante contratos, licenças, taxas e *royalties* em mineração e extração. Deste modo, podem ter grande influência nos caminhos de desenvolvimento de países pobres. As empresas de petróleo e mineração, por exemplo, têm identificado diversas maneiras de ajudar pequenas empresas a se tornarem fornecedores mais qualificados e também comunidades a obterem vantagens em longo prazo a partir de sua presença no mercado (CEBDS, 2004).

Para obter êxito na missão de inclusão da base da pirâmide na cadeia de valor de uma empresa, é preciso o envolvimento não só da alta gestão, mas também de cada funcionário. As soluções devem ser buscadas de forma integrada, considerando a peculiaridade de cada situação, o que se mostra como um desafio técnico e comportamental. Almeida (2007) destaca que o preconceito é uma das mais importantes rupturas que devem ser promovidas nas próximas décadas.

5. Exemplo Negócio Inclusivo: Caso *AES Eletropaulo*

Para podermos observar mais detidamente o impacto do desenvolvimento de um negócio inclusivo em uma determinada comunidade, decidi trazer, como estudo de caso, o exemplo da *AES Eletropaulo*. Formado por sete empresas, o Grupo *AES Brasil* atua nos setores de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica e no segmento de telecomunicações, e opera em 29 países nos 5 continentes (MAGNO, 2011).

No setor de energia, a *AES Eletropaulo* distribui energia elétrica para 6 milhões de clientes em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo. É a maior empresa do ramo em faturamento e consumo da América Latina.

Atualmente, o *Grupo AES* também investe em novas tecnologias de energia alternativa para o aperfeiçoamento e a mitigação do impacto de seu principal negócio, a eletricidade. A expansão do negócio eólico, por exemplo, representa hoje mais de 6.000 MW, em projetos desenvolvidos em países como Reino Unido, França e Bulgária.

5.1. Situação inicial e visão da empresa

Nos últimos 20 anos, a sociedade brasileira passou por profundas transformações demográficas, socioeconômicas e culturais que repercutiram nas diferentes esferas da vida familiar. Nesse contexto, surgiram famílias cuja pessoa de referência é a mulher. Esse cenário está presente em famílias de todas as classes sociais e traz reflexos positivos na formação da identidade feminina, na sexualidade, na redefinição de papéis e no aumento da participação da mulher na política e no trabalho (MELO; BANDEIRA, 2005).

Para verificar a questão da reorganização familiar, em 2000, o Censo Demográfico descobriu que 24,9% dos domicílios estavam sob a responsabilidade das mulheres, cujo rendimento médio mensal não ultrapassava a 1,8 salários mínimos (IBGE, 2000).

Na verdade, as mulheres têm avançado na sua escolaridade com média superior a dos homens e sua participação no mercado de trabalho tem aumentado. Apesar disso, diferenças salariais persistem; os homens recebem em média 40% a mais que as mulheres. Hildete Melo e Lourdes Bandeira (2005) defendem que, já que a maior parte do rendimento da mulher é direcionada para a manutenção da família, deve-se praticar uma política de renda que combata a discriminação salarial e o trabalho sem remuneração.

É inquestionável que a mulher pode ocupar seu espaço no trabalho e na vida familiar, e esse tema vem sendo defendido historicamente pelos movimentos de mulheres, em luta contra a invisibilidade do trabalho feminino e as desigualdades que desqualificam sua inserção produtiva. Aos poucos, as mulheres vêm ganhando atenção em outros espaços como organizações sociais, universidades, iniciativa privada e pela sociedade como um todo.

“Criar valor para todos crescerem de forma sustentável” é a visão construída pela AES, que desenvolve por meio da sua gestão corporativa, alicerçada na promoção da ética e na aplicação de boas práticas e transparência, a favor de todos públicos promovendo a eficiência da gestão do seu negócio.

Assim, para contribuir com a construção de um novo cenário, o Grupo AES Brasil desenvolveu o projeto *Fornecedor Cidadão*, que tem como meta promover a inclusão de mulheres e gerar renda para a comunidade, diminuindo a rotatividade de empresas fornecedoras de serviços e criando valor para todos. Além disso, o projeto contribui na inserção do tema da responsabilidade social dentro das empresas terceirizadas de uma forma prática (MAGNO, 2011).

5.2. Projeto *Fornecedor Cidadão*

O projeto nasceu em 2009, quando a AES Brasil foi convidada pelo Instituto Ethos para compor o GRES (Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade). O GRES tem o objetivo de reunir empresas de diferentes setores para, juntamente com seus *stakeholders*, trabalharem de forma a criar uma solução conjunta em relação a temas críticos ligados à sustentabilidade (CAMPOS; GONÇALVES, 2011).

As empresas participantes do GRES se dividiram em dois grupos: um deles

trabalhou com o tema “Desenvolvimento Local Inclusivo” (DLI) e o outro grupo, com “Produtos e Serviços Sustentáveis” (P&S). Nesse contexto, representantes do grupo *AES Brasil* e dois *stakeholders* convidados pela empresa trabalharam com o tema “Desenvolvimento Local Inclusivo” (INSTITUTO ETHOS, 2011c).

Durante um ano, a empresa participou dos encontros e teve como desafio elaborar um projeto com a participação dos *stakeholders*, tendo em vista o DLI e a estratégia de negócio da empresa (MAGNO, 2011).

A *AES Eletropaulo*, visando à melhoria das suas relações com os *stakeholders* e objetivando maximizar os resultados nos seus negócios, desenvolveu o projeto *Fornecedor Cidadão*, direcionado para o desenvolvimento local inclusivo e para o aprimoramento de fornecedores, buscando, simultaneamente, capacitar mulheres nos processos de corte e religa.

O Projeto *Fornecedor Cidadão* tinha como objetivo: estabelecer vínculos com os fornecedores, estimulando a cooperação entre as empresas na administração de fatores; contribuir com as empresas parceiras na administração dos fatores levantados; mitigar riscos de reputação, qualidade de serviços e comprometimento ao fornecimento de serviços terceirizados; profissionalizar e gerar renda em comunidades de baixa renda situadas no entorno dos fornecedores.

O público-alvo do programa eram as mulheres de baixa renda, moradoras do entorno dos escritórios dos fornecedores de serviços terceirizados voltados à distribuição de energia.

5.3. Implementação do projeto e resultados

O curso foi distribuído em um total de 165 horas. Os conteúdos abordados tanto de forma teórica, quanto prática foram: ética, canais de relacionamento com clientes, segurança, atendimento ao cliente e os pilares da marca. Além disso, foram realizados módulos técnicos e comerciais relativos ao serviço de corte e religa. A *AES Eletropaulo* investiu cerca de US\$ 130 mil nas duas turmas, sendo US\$ 3,2 mil por participante.

Para o desenvolvimento do projeto, foi realizado um mapeamento dos núcleos de baixa renda localizados no entorno dos fornecedores; posteriormente,

houve um encontro com todos os líderes locais, para apresentá-los o projeto e conquistar seu apoio e participação. Em seguida, a divulgação do curso foi feita nos mais diversos locais da comunidade: mercados, salões de cabeleireiro, bares, armazéns, igrejas etc.

Após a inscrição das candidatas, houve um processo seletivo, cuja última fase foi a apresentação da palestra “A vida como ela é”, destinada não só às candidatas, como também aos seus maridos e familiares, com o objetivo de apresentar as atividades que elas iriam desempenhar, bem como os desafios que enfrentariam, além da questão salarial e dos benefícios.

Para prevenir e fortalecer essas mulheres, uma organização não governamental abordou também a Lei Maria da Penha, relacionada à violência doméstica contra a mulher. Outra palestra, chamada “De mulher para mulher”, foi realizada por uma funcionária, técnica no segmento de subtransmissão, que falou sobre a sua experiência profissional e as relações com os colegas do sexo oposto.

A empresa relatou o potencial do projeto na geração de valor para todos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Figura 4. Projeto *Fornecedor Cidadão*: oportunidades para a AES Brasil e para a comunidade local.

Oportunidades AES Brasil	Oportunidades para o Desenvolvimento Local Inclusivo
Redução da taxa de rotatividade e formação de um banco de eletricitistas.	Desenvolvimento econômico e local: geração de renda para vinte e uma mulheres da Vila Guacuri.
Diversidade: promoção da criatividade, capacidade de gerenciamento e produtividade com as equipes.	Diversidade: inclusão das mulheres no setor elétrico.
Reputação: reconhecimento da comunidade em específico das mulheres.	Resgate da auto-estima.
Sinergia: Participação das outras áreas para realização do projeto.	
Estreitamento da relação com o fornecedor.	

Fonte: Elaborado pela autora conforme os dados publicados em Magno (2011).

Após a realização do projeto, os seguintes resultados foram constatados:

- 40 mulheres capacitadas;
- 21 mulheres contratadas;
- houve aprovação do fornecedor;
- a produtividade das mulheres selecionadas se assemelha à produtividade masculina;
- duas mulheres estão trabalhando na Central de Distribuição de Serviços, atividade diferente da de corte e religa.
- uma mulher está sendo monitorada para possível cargo de liderança;
- uma mulher foi destaque, superando as metas durante os três primeiros meses.

O Grupo *AES Brasil* tem a intenção de transformar o Projeto *Fornecedor Cidadão* em política, expandindo para as demais empresas do grupo. Com esse posicionamento, a empresa espera gerar exemplaridade para que ações como essa ganhem maior efetividade.

A empresa, portanto, reconhece que é preciso buscar uma efetiva qualidade nas relações, permitindo que as diferenças possam se expressar, para que se possa adicionar valor a todos. Ao promover a equidade de gênero, a *AES Eletropaulo* não está apenas beneficiando as mulheres e a sociedade, mas na verdade está corrigindo distorções históricas, a fim de melhorar o desempenho empresarial em todos os níveis de relacionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo apontar questões há cerca da pobreza e da exclusão no cenário brasileiro e propor uma reflexão relacionada aos negócios inclusivos como uma oportunidade de erradicar a pobreza.

As políticas sociais de combate à pobreza apresentaram um grande avanço; atualmente, 40 milhões de brasileiros saíram da condição de extrema pobreza e o novo governo tem como meta retirar dessa situação as 16 milhões de pessoas restantes.

As empresas têm sido convocadas pela sociedade civil nas suas diferentes formas de organização para se atentarem as questões de acesso a serviços básicos e de bens de consumo, trabalho e renda, que as pessoas pobres são privadas.

Há uma evolução no movimento de Responsabilidade Social Empresarial, aos poucos as empresas estão reconhecendo sua responsabilidade nesse cenário e, cada vez mais, estão se posicionando.

O Negócio Inclusivo é um exemplo desse amadurecimento, uma vez que considera e dialoga com os interesses mais profundos dos atores afetados, sendo uma alternativa de se chegar à base da pirâmide, possibilitando a esta população sua participação nas diversas fases da cadeia de valor, e assim apoiar na promoção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Outras denominações dizem respeito ao termo “Negócios Inclusivos”, como Sobrevivência Sustentável (CEBDS, 2004), Desenvolvimento Local Inclusivo (Instituto Ethos, 2011b) e Negócio Social (Yunus, 2006 e 2008a e b). Cada uma delas traz particularidades conceituais; para Yunus, por exemplo, negócios sociais são, por natureza, feitos por empresas que compartilham lucros e perdas, reinvestindo os lucros no crescimento do próprio negócio.

Os negócios com inclusão social também são um modelo onde todos podem ganhar conforme figura abaixo:

Figura 5. Benefícios e vantagens dos Negócios Inclusivos.

Os países em desenvolvimento como um pool de recursos		As comunidades pobres como consumidores	
Benefícios para as Empresas	Benefícios para a Comunidade	Benefícios para as Empresas	Benefícios para a Comunidade
> Redução de custos trabalhistas > Risco compartilhado > Recursos e mão-de-obra locais > Melhores relações com os governos > Marcas que promovem um comércio justo	> Criação de empregos > Capacitação das PMEs > Transferência de know how e tecnologia > Melhora no ambiente de mercado e no clima dos investimentos	> Novos mercados, aumento da receita > Aumento de valor da marca, levando a um futuro crescimento do mercado > Transferência de inovações em produtos para os mercados já existentes	> Mais acesso a produtos e serviços de qualidade > Preços menores > Melhora na qualidade de vida > Melhora na produtividade

Fonte: CEBDS, 2004, p. 21.

A criação de empregos resulta em um aumento do poder aquisitivo para as comunidades mais pobres e, conseqüentemente, mais opções. As pessoas podem usufruir de seu direito de escolha quando lhes são oferecidas mais variedades de produtos e serviços a preços acessíveis, que atendem às suas necessidades.

Os benefícios indiretos para a população e para as empresas locais incluem a capacitação, maior produtividade, mais saúde e educação, além de efeitos positivos no ambiente de mercado e na governança dos empreendimentos.

Nesse contexto, com estruturas apropriadas, apoio dos governos, e a atuação do setor privado de maneira mais sinérgica com as políticas públicas e com os interesses sociais mais profundos, as ações de combate da pobreza extrema poderiam ser fortalecidas.

Esse estudo apresentou alguns modelos de negócios e casos que foram extraídos de publicações de organizações sociais, o que aponta o importante papel dessas organizações em continuar fomentando o tema e elevando a régua dessa discussão.

A pesquisa também apontou que quantificar os benefícios sociais conquistados com os negócios inclusivos não é uma tarefa fácil; contudo várias empresas estão desenvolvendo metodologias e indicadores sociais que ajudam a medir o impacto desses negócios na sociedade.

A pesquisa não teve como intenção apresentar essa forma de fazer negócios como sendo um modelo de um pós-capitalismo e sim como um aprimoramento dos mecanismos de mercado, obviamente, carregando suas incongruências e riscos. O que indica que quanto mais consciência tivermos das contradições dos Negócios para melhorar a sociedade, suas luzes e sombras, suas potências e limites, mais seremos capazes de produzir soluções inovadoras para as agruras de sempre.

7. Referências Bibliográficas

ALCOCK, P. **Understanding Poverty**. 2 ed. London: Macmillan, 1997.

ALIANÇA GRUPO CAPOAVA. **Responsabilidade Social Empresarial**: por que o guarda-chuva ficou tão pequeno? São Paulo: GIFE, 2010. Disponível em: <http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/21/alianca_capoava_2010.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

ALMEIDA, Fernando. **Negócios com inclusão social**. 6 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/Artigos.asp?ID=162&area=6>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

ALMEIDA, F. **Os desafios da Sustentabilidade**: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AUSTIN, J. **The Collaboration Challenge**: How Nonprofits and businesses succeed through strategic alliances. New York: The Drucker Foundation, 2000.

AVELAR, L. Notas sobre desenvolvimento, redistribuição e pobreza. **Revista Inclusão Social**. Brasília, v. 2, n. 1, out. 2006/ mar. 2007.

AVINA. **Avina e os negócios inclusivos**. 2007. Disponível em: <<http://avina.net/web/siteavina.nsf/0/CE283F11BC13CFFC0325742F006644D3?opendocument&sistema=1&plantilla=2&Idioma=port&cate=Negocios%20Inclusivos>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

AZAMBUJA, M. O Brasil e a cidadania empresarial. **Valor Econômico**. São Paulo, ano 2, n. 244, 20 abr. 2001, p. 7-11. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3345&Lang=pt-B&Alias=Ethos&itemNotID=350>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

BARROS, R. P.; HENRIQUES R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p.123-142, fev. 2000.

BASSO, D. L. **Reduzindo a pobreza de maneira lucrativa**. jul. 2010. Disponível em: <<http://www.artemisia.org.br/pdf/reduzindo-a-pobreza-de-forma-lucrativa.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

BAVA, S. C. Recuperar perdas. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo: Instituto Polis, ed. 43, fev. 2011. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=863>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Medida provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000**. Altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>. Acesso em: 26 jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 15 jul. 2011.

CALDERÓN, B.; SILVA, V. Trabajar con la base de la pirámide o negocios inclusivos: una expresión de responsabilidad social estratégica. In: CONGRESSO DE ADERSE (*Association pour le Développement de l'Enseignement et de la Recherche sur la Responsabilité Sociale de l'Entreprise*), 6, 2009, França. Disponível em: <http://www.centroscomunitariosdeaprendizaje.org.mx/sites/default/files/Trabajar_con_la_base_de_la.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

CAMPOS, G.; GONÇALVES, B. **GRES realiza o primeiro encontro presencial de sua terceira fase.** São Paulo, Instituto Ethos, jun. 2011. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/5821/servicos_do_portal/noticias/itens/gres_realiza_o_primeiro_encontro_presencial_de_sua_terceira_fase.aspx>. Acesso em 27 jul. 2011.

CAMPOS, K. Governo, sociedade e inclusão: o papel do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na promoção e articulação de ações para inclusão social. **Revista Inclusão Social.** Brasília, v. 2, n. 1, p. 11-17, out. 2006/ mar. 2007.

CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E.; WANDERLEY, M. B. **Desigualdade e a questão social.** 3ª ed. São Paulo: Educ, 2008.

CEBDS. **Negócios com inclusão social:** Guia prático para empresas. Rio de Janeiro: CEBDS, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/publicacoes/publicacoes-resp-guia-cebds-negocios-inclusao-social.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

CERQUEIRA FILHO, G. **A “questão social” no Brasil:** crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como fenômeno multidimensional. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, dez. 2002, p. 2-12. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2011.

DEMO, P. **Combate à pobreza:** desenvolvimento como oportunidade. Campinas: Autores Associados, 1996.

FAGNANI, E. Como conquistar o desenvolvimento social. **Le Monde Diplomatique Brasil.** São Paulo: Instituto Polis, ed. 43, fev. 2011. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=864>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

FEDATO, M. C. L. **Responsabilidade social corporativa:** benefício social ou

vantagem competitiva? Um estudo das estratégias de atuação social empresarial e sua avaliação de resultados. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GREEN, D. **Da pobreza ao poder**: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Cortez, 2009.

HILÁRIO, W. Com fome de desenvolvimento: entrevista da ministra Tereza Campello. **Superhiper**. São Paulo: ABRAS, jun. 2011, Exclusiva, p. 14-20. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/julho/arquivos/Exclusiva%20Junho11.pdf/view>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 7^a ed. São Paulo: Cortez, 1990.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, n. 5, ago. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_05.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2011.

INSTITUTO ETHOS. **Jorge Abrahão, presidente do Ethos, comenta: “Brasil sem miséria e as empresas”**. São Paulo, 2011a. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/5815/servicos_do_portal/noticias/itens/jorge_abrahao_presidente_do_ethos_comenta_%E2%80%9Cbrasil_sem_miseria_e_as_empresas%E2%80%9D_.aspx>. Acesso em 15 jul. 2011.

_____. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. 2011b (3ª geração). Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/indicadores3g/>. Acesso em: 26 jul. 2011.

_____. **G.R.E.S. (Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade)**. São Paulo: Instituto Ethos/ Uniethos, Boletim, n. 1, 2011c. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/148444-Boletim-Instituto-Ethos-2011/>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

ISO 26000. **Norma Internacional de Responsabilidade Social**. 2010. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/iso26000/>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

ISO/FDIS 26000. **Diretrizes sobre responsabilidade social** (versão final). 2010. Disponível para *download* em: <<http://www.slideshare.net/fdecicco/iso-fdis-26000-traduo>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

KITAHARA, J. R. **Responsabilidade social e desempenho financeiro das empresas**: um estudo empírico utilizando o balanço social padrão IBASE. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LYRA, P. T. Governo propõe parcerias para plano de combate à pobreza extrema. **Valor Econômico**, 16 mai. 2011. Disponível em: <<https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/5/16/governo-propoe-parcerias-para-plano-de-combate-a-pobreza-extrema/>> . Acesso em: 26 jul. 2011.

LORENZO, F. Brasil é único dos Brics a registrar redução da desigualdade social. **Valor Online**, 27 jun. 2011. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2011/06/27/brasil-e-unico-dos-brics-a-registrar-reducao-da-desigualdade-social.jhtm>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

MAGNO, M. F. C. et al. Grupo AES Brasil: Um projeto para o desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Management**. Insight: Case Studies. São Paulo: FGV

Management, ano XV, n. 86, p. 20-27, mai./ jun. 2011.

MELO, H. P.; BANDEIRA, L. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Serie Mujer y desarrollo, n. 66. Chile: Nações Unidas/ CEPAL, jun. 2005.

MILANI FILHO; M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7, 2007, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos72007/24.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

MUSTAFA, P. S. Um estudo dos programas de transferência de renda no Brasil: o impacto da Bolsa-Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, no município de São José do Rio Preto/SP. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3, 2007, São Luís. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/fe30b368098df3ded06cpatricia_mustafa.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3ª ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, L. J. SCHWERTNER, I. M. G. Breve análise das práticas de responsabilidade social empresarial e a concessão de incentivos governamentais em âmbito federal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1409, 11 mai. 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/9864>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

ONU. **Declaração do Milénio**. Lisboa: Centro de Informações das Nações Unidas, 2000. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, S. (Dir.). **L'Europe face à la pauvreté: les expériences nationales de revenu minimum**. Paris: La Documentation Française, 1999.

PEREIRA, C. P. A pobreza suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **SER Social**, Brasília, n. 18, mar. 2010. Disponível em: <http://www.red.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/191/970>. Acesso em: 26 jul. 2011.

PEREIRA, P. A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. **Porque também sou contra a focalização das políticas sociais**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://nrserver34.net/~unbonlin/neppos/publicacoes/contra_focal.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2011.

PNUD. **Objetivos do milênio**. 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/#>>. Acesso em 26 jul. 2011.

PNUD. **Criando valores para todos: estratégias para fazer negócios com os pobres**. Edição brasileira. Nova York: PNUD, 2007. Disponível em: <http://growinginclusivemarkets.org/media/report/full_report_portuguese.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

PORTAL BRASIL. **Combate à miséria tem resultado direto na melhora da economia, afirma Dilma**. Brasília, 28 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/06/28/combate-a-miseria-tem-resultado-direto-na-melhora-da-economia-afirma-dilma>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

ROCHA, S. Governabilidade e pobreza: o desafio dos números. In: VALLADARES, L.; COELHO, M. P.; REIS, E. P. et al. (Org.). **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 221-265.

ROCHA, A.; SILVA, J. F. Inclusão social e marketing na base da pirâmide: proposta de uma agenda de pesquisa. In: ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD, 3, 2008, Curitiba. Disponível em: <http://iag_puc_2007.msimo.es.com/textos/Marketing/ADM2824/leituras/EMA140%20agenda%20angela%20jorge.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2011.

ROUSSEFF, D. **Discurso de posse proferido pela presidenta no Congresso Nacional.** 1 jan. 2011, Brasília. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/01/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHOMMER, P. C. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 7, n. 19, p. 145-160, set./ dez. 2000.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. O. S. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas.** São Luís, v. 2, n. 6, jul./dez. 2002, p. 65-102.

_____. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 12, n. 6, dez. 2007, p.1429-1439. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/630/63013517006.pdf>> Acesso em 15 jul. 2011.

_____. **Renda mínima e reestruturação produtiva.** São Paulo: Cortez; 1997.

_____. A política social no século XXI: redirecionamento rumo aos programas de transferência de renda. In: CARVALHO, D. B. B.; SOUSA, N. H. B.; DEMO, P. (Org.). **Novos paradigmas da política social**. Brasília: UnB, 2002, p. 355-382.

_____.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SMITH, C. The new corporate philanthropy. **Harvard Business Review**, v. 72, n. 3, p. 105-116, May/ June 1994.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, A. P. Por uma política de metas de redução da pobreza. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, out./ dez. 2004, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400004>. Acesso em 26 jul. 2011.

SPOSATI, A. O cidadão pode contar com o quê? **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo: Instituto Polis, ed. 43, fev. 2011. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=865>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 2ª ed. Ver. São Paulo: Cortez/ Perseu Abramo, 2002a.

_____. Projeto de lei nº 266 de 4 de dezembro de 2001. Institui a renda básica incondicional ou renda de cidadania e dá outras providências. In: _____. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez/Perseu Abramo; 2002b.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2008a.

_____. **Um mundo sem pobreza: A empresa social e o futuro do capitalismo**. São

Paulo: Ática, 2008b.

_____. **Nobel lecture.** Oslo, 10 dez. 2006. Disponível em:
<http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2006/yunus-lecture-en.html#>.

Acesso em: 05 jul. 2011.